

PT denuncia o leilão de cargos do governo



PFL já estuda a hipótese de novas alianças

Gerson Menezes

A formação de novas alianças, como por exemplo de uma «Aliança Liberal Trabalhista», através da união do PFL com partidos pequenos de linha conservadora, como o PTB, já é uma hipótese que passa a ser considerada entre os liberais a partir da proposta feita esta semana pelo deputado Jayme Santana (MA), de rompimento da Aliança Democrática e manutenção do apoio ao presidente Sarney.

Os integrantes da cúpula do partido já começam a admitir, informalmente, que a única saída para o PFL é se desvincular totalmente do PMDB e procurar novas adesões para enfrentar o próximo pleito, quando ocorreria de novo a polarização, na disputa, entre os dois partidos que hoje compõem o esquema de sustentação do governo federal, mas que são marcados por profundas divergências a nível estadual.

«Desvinculado do PMDB, o PFL, que hoje é acionista minoritário, passa a ser acionista absoluto de um novo empreendimento». Esta linguagem bancária foi utilizada por Jayme Santana (PFL-MA) para explicar sua proposta de rompimento com o PMDB. O partido se veria em condições de aliar-se, a partir desse rompimento, com outras agremiações que inclusive já pensam em integrar a aliança de sustentação a Sarney. O líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), não descarta totalmente esta hipótese, embora acredite que «na essência» será difícil formar uma aliança desse tipo.

«Em termos conjunturais» — explica Gastone — «os dois partidos certamente podem caminhar juntos, e em torno do presidente Sarney, mais ainda. A diferença — prossegue — é que o PTB procurará de qualquer forma se identificar com a classe trabalhadora, ainda que mantendo uma linha centrada. Já o PFL é um partido de linha liberal, muito mais voltado para a classe empresarial. Não se vêem, por exemplo, líderes sindicais do PFL».

O raciocínio formulado por integrantes da cúpula do PFL, no entanto, é de que há uma forte tendência para alianças desse tipo, que coincidem com a apreciação de que o momento político está propiciando o agrupamento de setores conservadores. Raciocinam os pefelistas que, se passar realmente a integrar a Aliança Democrática, o PTB terá inúmeras dificuldades de convivência com o PMDB, caso o PFL promova realmente o rompimento. «Para nós, que temos 118 deputados, já está sendo difícil essa convivência. Imaginem para o PTB, com seus 19 parlamentares», comentou um integrante da direção do PFL.

Divisão

A proposta de Jayme Santana, que seria o passo inicial para esse projeto a médio prazo, divide no entanto a opinião dos liberais, embora tenha sido bem recebida em reunião da Comissão Executiva do partido. O deputado Eraldo Tinoco (BA), por exemplo, acha a proposta totalmente fantasiosa, «na medida em que a Aliança Democrática só existe para apoiar Sarney», representando o seu rompimento, portanto, o fim desse apoio.

Para o deputado Lúcio Alcântara (CE), esse rompimento se resumirá a um gesto que terá efeito apenas externo, «sem maiores consequências práticas». Seria, a seu ver, um gesto destinado apenas a encerrar «um capítulo da história política», embora ao mesmo tempo ele acredite que a medida possa representar «o primeiro passo para o progressivo afastamento do governo».

Já a deputada Sandra Cavalcanti (RJ) acredita que, a rigor, «nós vamos romper uma coisa que já está rompida». Aliança Democrática, segundo ela, «significaria ambos os partidos participarem das decisões».

Mas os ministros da área financeira do PMDB tomam suas decisões a portas fechadas — prossegue — deixando à margem não só líderes do PFL como também do PMDB. Não vê, no entanto, possibilidade de continuar apoiando Sarney, desfazendo-se essa aliança.

O secretário-geral do partido, deputado Saulo Queiroz (MS), relacionado entre os que simpatizam com a idéia, critica os que a combatem por considerá-la apenas um gesto que, na prática, se traduziria apenas a nível partidário para a «imagem» externa do PFL. «Política se faz com gestos», defende ele, que insiste na necessidade de «desvinculação» dessa imagem externa em relação ao PMDB. «É proposta que merece, de fato, ser examinada na reunião do diretório».

Carmen Kozak

O líder do governo na Câmara, Carlo Santana já iniciou os contatos para a distribuição de 10 mil cargos do governo federal e nas unidades da federação, através de questionários que estão sendo remetidos aos Constituintes. A denúncia foi feita ontem, por deputados do PT que receberam ofícios pedindo informações pessoais e de seus cônjuges. Apesar de não ter recebido os formulários, o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, repudiou a atitude e vai fazer a denúncia em plenário. A intenção do governo em trocar o apoio parlamentar por cargos públicos foi denunciada pelo *Jornal de Brasília* em sua edição do dia 18 deste mês. Com o título «Governo dará cargos em troca de apoio», a matéria informava que «as duas principais fontes de distribuição de cargos serão o líder da maioria na Câmara, Carlos Santana, e o próprio presidente Sarney». Neste mesmo dia, o deputado Vitor Buaziz (PT-ES), recebeu a correspondência do deputado Carlos Santana e, imediatamente, associou o formulário, «que faz muitas detalhações das projeções pessoais e dos dependentes», com a fórmula encontrada pelo Palácio do Planalto para encontrar apoio parlamentar. No PT, além de Vitor Buaziz, receberam as cartas os deputados Paulo Deigado (MG) e Wladimir Palmeira. Mesmo não tendo recebido a correspondência, os deputados Olívio Dutra (RS) e José Genoíno (SP) repudiaram a atitude de Carlos Santana. «O líder do governo está extrapolando as suas atribuições e, por isso, temos que desmascarar esse tipo de prática de baixo nível», declarou. Acrescentou que mesmo que a intenção do deputado baiano seja a de «conhecer o perfil dos parlamentares, pra saber com quem poderá negociar posteriormente, esta é uma demonstração de que "ele está servindo o governo em uma tarefa suja que não significa o seu cargo"».

Paranóia

Apesar de considerar que o líder do governo exagerou nas informações que queria obter dos parlamentares, o líder do PCB, Roberto Freire (PE), afirmou que não percebeu qualquer intenção duvidosa de Santana. Para ele isso não passa de «paranóia do PT». Como Freire, o líder do PDS na Câmara,



O líder da Maioria enviou o ofício quarta-feira

Formulário de questionário com campos para nome do deputado, estado de origem, número do gabinete, endereço residencial, profissão, áreas de trabalho recentes, áreas de interesse, e dados do cônjuge.

O questionário pede dados sobre a família

Amaral Netto, não vê procedência nas denúncias e afirmou que por não pertencer a um partido do governo, também não preencheu os questionários.

Já o líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro, considerou um absurdo «que a corrupção governamental chegasse a este ponto». Informou que o PDT não recebeu estas correspondências, o que pode chamar ainda mais a atenção para a curiosidade do líder do governo.

O fato de muitos parlamentares não terem recebido os questionários faz com que os denunciantes acreditem que o líder do governo está «querendo o perfil de deputados que ainda não manifestaram com clareza as suas projeções». Nisso o deputado José Genoíno foi categórico: «Não mandaram a carta para mim, porque Santana sabe que, imediatamente, eu o denunciaria no plenário e rasgaria a correspondência».



Genolno garante que vai desmascarar a medida, Santana nega ter má intenção



Santana fica irritado

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Santana, reagiu com muita irritação às acusações de que estaria executando o trabalho de distribuição de cargos em troca de apoio parlamentar. afirmou que está remetendo questionários aos parlamentares apenas para saber quais são as áreas de interesse e atuação profissional de cada um. «Essa é uma acusação descabida que eu sequer pretendo comen-

tar». Sem muita disposição, acrescentou que está interessado nisso justamente para distribuir os deputados nas Comissões que irão elaborar a nova Constituição. Santana não quis comentar, também, porque está preocupado com este trabalho de divisão — que na verdade é responsabilidade de cada partido — e o motivo de seu interesse por informações pessoais e endereços para contato dos cônjuges.

Senadores preferem Covas na liderança

A maioria dos senadores do PMDB prefere o senador Mário Covas (SP) como líder do partido na Constituinte, enquanto a maioria dos deputados quer no cargo o deputado Luiz Henrique (SC), líder da bancada. Essa polêmica, entretanto, só será resolvida no próximo mês, segundo afirmou ontem o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, pois o prazo para os partidos indicarem seus líderes na Constituinte é o dia 10 de março, conforme o regimento da Assembléia, elaborado por Fernando Henrique.

A discussão em torno da indicação do líder do partido na Constituinte foi a questão central da reunião da bancada dos senadores e deputados do PMDB ontem na sala Nereu Ramos.

PMDB apóia, mas pretende ter influência

O PMDB dá total apoio à decisão do governo de suspender o pagamento da dívida externa, mas quer discutir as medidas econômicas internas. A bancada do partido na Câmara aprovou, ontem, moção do deputado Virgildásio Senna, aplaudindo a condução pelo governo da dívida externa, mas não aceitou adendo do deputado Roberto Cardoso Alves, bancando antecipadamente as mudanças internas. O deputado Ulysses Guimarães, em entrevista, informou que o partido vai examiná-las e as apoiará se forem para beneficiar o país. Por trás dessa discussão, um receio: o choque heterodoxo na dívida externa ser acompanhada por soluções internas ortodoxas, que desacelere o crescimento nacional.

O compromisso assumido pelo presidente José Sarney, em seu pronunciamento à Nação, de conter energeticamente o déficit público é o responsável pela preocupação do PMDB. Essa sempre foi a principal recomendação do FMI e dos monetaristas. A expectativa predominante no PMDB, com base em informações fornecidas nos últimos dias pelo governo, é de que os investimentos previstos, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento e outros mecanismos, possam evitar a recessão urbana. Na área rural, a previsão é de um crescimento de 11%, o que por si só garante, segundo a economista Maria da Conceição Tavares, um aumento do Produto Interno Bruto de 3%.

Mesmo assim, o deputado Hélio Duque, considerado como um dos parlamentares do PMDB com mais conhecimento econômico, está convencido de que a recessão urbana será inevitável. Em sua opinião, compete ao governo administrá-la, evitando, assim, custos sociais inaceitáveis.

Já para o deputado Miro Teixeira, que tem participado como vice-líder das negociações com o governo e o PMDB, não haverá recessão: ele aponta o corte de subsídios e incentivos fiscais como o caminho correto para se cortar o déficit público sem comprometer o crescimento nacional. Mas Ulysses é cauteloso nesta questão: «O problema do corte dos subsídios é polêmico, com muitas opiniões favoráveis e contra. O presidente Sarney, de forma louvável, enviará a questão para uma decisão do Congresso Nacional».

O deputado Geraldo Campos também está preocupado com o anúncio de um corte drástico do déficit público. Seu receio é de que se não forem assegurados os investimentos necessários, o país volte à recessão, provocando uma verdadeira explosão social. O líder do PMDB, deputado Luiz Henrique, insiste na aplicação imediata dos 120 bilhões de cruzados do Fundo Nacional de Desenvolvimento para evitar os riscos de recessão. E assegura: «O PMDB não permitirá que esses recursos destinados à infra-estrutura sejam desviados para o pagamento de juros da dívida externa».

A posição majoritária no PMDB é resumida pela deputada Cristina Tavares: «O partido dá todo o apoio para o enfrentamento com os credores externos, mas não dá um cheque em branco para as medidas econômicas internas. Quer, previamente, discutilas».

Comissão irá participar em decisão futura

O PMDB quer influir nas decisões econômicas e, para isso, criou a comissão de estudos econômico-financeiros do partido, na Câmara dos Deputados. Nesta terça-feira, os 11 deputados que integram a comissão vão se reunir com o presidente do Banco Central, Francisco Gros, para discutir a taxa de juros e a estrutura do sistema financeiro nacional.

O partido não quer apenas defender, mas ser co-responsável pela política econômica — explicou o coordenador da comissão, deputado Irajá Anadara Rodrigues (RS).

Primeira reunião formal da comissão será nesta segunda-feira, quando o diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, vai apresentar uma análise conjuntural da economia brasileira. Segundo o coordenador, a partir desta apresentação, os deputados pretendem iniciar um intercâmbio permanente entre o PMDB e os economistas do governo.

Durante a semana, a comissão pretende também reunir-se com a direção do Banco do Brasil, assessores do Ministério da Fazenda e da Comissão de Financiamento de Produção (CFP), para agilizar o atendimento às reivindicações dos agricultores. Irajá Rodrigues estranha o atraso na oficialização de medidas como a variação dos juros do crédito rural com base na remuneração do produtor e correção dos preços dos produtos agrícolas vinculada aos custos da lavoura.

As reivindicações foram aceitas mas até agora não saíram do papel — argumenta o deputado, ao explicar a proposta de ação da comissão, de representar os anseios da população junto aos coordenadores da área econômica.

A criação da comissão foi discutida com o ministro da fazenda, Dilson Funaro, na última quinta-feira à noite, véspera da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa.